

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Centro-Serrano em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

1. Política Operacional

Em 2016, o Sicoob Centro-Serrano completou 28 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Retornos

	%		p.p
ROE/ROA	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Var.
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	17,55	32,11	-14,56
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	2,95	5,14	-2,19

2.2) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Var.
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	56.895	56.980	- 0,15
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	40.139	20.765	93,3
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.404	2.443	-1,6
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	12.629	9.023	39,96
Receitas com Ato Não Cooperativo	4.004	1.896	111,18
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	30.351	27.367	10,9
Despesas Tributárias	690	360	91,67
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	6.502	3.031	114,52
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	15.832	6.508	143,27
Juros ao Capital	9.404	7.389	27,27
Sobras do exercício	8.443	18.517	- 54,40

Contribuíram para compor a Sobra do exercício de 2016:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 39,96%, o resultado da intermediação financeira teve uma redução de 0,15%, a receita com recuperação de prejuízo reduziu 1,6% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 111,18% em relação ao mesmo período de 2015.

Quanto as despesas, o rigor no controle possibilitou que a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2015, fosse de 10,90%.

Houve um aumento de 143,27% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 41,61%, 8,64 pontos percentuais acima do alcançado no exercício de 2015.

Foi pago para os associados em 2016 o valor de R\$ 9.404 mil referente a juros ao capital, que é 27,27 % maior do que o pago no exercício anterior.

2.3) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Variação
Ativos Totais	668.374	559.040	19,56
Centralização Financeira	187.596	67.078	179,67
Carteira de Crédito	467.825	473.742	- 1,25
Depósitos	373.577	271.493	37,60
Patrimônio Líquido	117.160	103.413	13,29
Patrimônio de Referência (PR)	117.152	103.408	13,29

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2016

O total de ativos atingiu R\$ 668.374 mil ao final de dezembro de 2016, com crescimento de 19,56% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos obtiveram um aumento de 37,60% considerando o mesmo período de 2015, atingindo no final do exercício de 2016 o montante de R\$ 373.577 mil.

O patrimônio líquido cresceu 13,29% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 117.160 mil.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

Carteira de Crédito	31/12/2016			31/12/2015			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	153.927	8.725	162.652	155.599	6.873	162.472	180	0,11%
Empréstimos	87.715	170.786	258.501	91.467	169.972	261.439	-2.938	-1,12%
Títulos descontados	10.011	23.691	33.702	11.367	23.293	34.660	- 958	-2,76%
Conta Corrente	5.405	7.564	12.969	5.735	9.435	15.170	-2.201	-14,51%
Total	257.058	210.766	467.824	264.168	209.573	473.741	-5.917	-1,25%

3) Pessoas

Contávamos com 178 colaboradores no final do exercício de 2016, desses 98,88% possuem ensino superior e 51,12% com Certificação Profissional ANBIMA (CPA). A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 14.660 mil no exercício corrente.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2015, houve uma concentração de 87,87% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, com muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 3 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob.

No exercício de 2016, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 39 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 26 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Santa Maria de Jetibá – ES, 20 de fevereiro de 2017.

Conselho de Administração.

Balanco Patrimonial (em 31/12/2016 e de 2015 | em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
Circulante		462.665	350.388	Circulante		492.578	381.987
Disponibilidades		2.549	3.823	Depósitos	11	373.577	271.415
Títulos e Valores Mobiliários	3	6.760	817	Depósito à Vista		64.420	54.994
Carteira Própria		6.760	817	Depósito Sob Aviso		6.048	6.146
Relações Interfinanceiras	4	187.596	67.078	Depósito a Prazo		303.109	210.275
Centralização Financeira - Cooperativas		187.596	67.078	Relações Interfinanceiras		90.352	88.990
Operações de Crédito	5	257.861	276.080	Repasse Interfinanceiros	12.1	90.351	88.989
Empréstimos e Títulos Descontados		183.000	198.789	Correspondentes		1	1
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		112.483	106.716	Relações Interdependências	13	13.136	5.854
(-) Provisão para Operações de Crédito		(37.622)	(29.425)	Recursos em Trânsito de Terceiros		13.136	5.854
Outros Créditos	6	4.449	1.991	Obrigações Por Empréstimos e Repasses	12.2	4.000	4.147
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.588	-	Empréstimos no País - Outras Instituições		4.000	4.147
Rendas a Receber		2.614	1.091	Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.2	48	24
Diversos		1.500	900	Outras Instituições		48	24
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.253)	-	Outras Obrigações		11.465	11.557
Outros Valores e Bens	7	3.450	599	Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados		53	80
Outros Valores e Bens		3.424	588	Sociais e Estatutárias	14.1	6.159	6.563
(-) Provisão pra desvalorização de outros valores e bens		(1)	-	Fiscais e Previdenciárias	14.2	1.071	862
Despesa Antecipada		27	11	Diversas	14.3	4.182	4.052
Não Circulante		205.709	208.652	Não Circulante		58.636	73.640
Realizável a Longo Prazo		183.626	189.496	Depósitos	11	-	78
Títulos e Valores Mobiliários	3	9.341	19.168	Depósito a Prazo		-	78
Carteira Própria		9.341	19.168	Relações Interfinanceiras	12.1	56.656	71.538
Operações de Crédito	5	172.342	168.237	Repasse Interfinanceiros		56.656	71.538
Empréstimos e Títulos Descontados		122.173	112.480	Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.2	-	48
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		50.169	55.757	Outras Instituições		-	48
Outros Créditos	6	1.943	2.091	Outras Obrigações	14.3	1.980	1.976
Diversos		1.943	2.091	Diversas		1.980	1.976
Permanente		22.083	19.156	Patrimônio Líquido	16	117.160	103.413
Investimentos	8	15.648	13.387	Capital Social		75.232	61.926
Participação em Cooperativas		15.648	13.387	De Domiciliados no País		75.555	62.143
Imobilizado de Uso	9	6.303	5.587	(-) Capital a Realizar		(323)	(217)
Imóveis de Uso		2.695	2.695	Reserva de Sobras		38.828	34.566
Outras Imobilizações de Uso		8.580	6.826	Sobras Acumuladas		3.100	6.921
(-) Depreciação Acumulada		(4.972)	(3.934)	TOTAL		668.374	559.040
Intangível	10	132	182				
Ativos Intangíveis		624	499				
(-) Amortização Acumulada		(492)	(317)				
TOTAL		668.374	559.040				

Demonstrações de Sobras ou Perdas (em 31/12/2016 e de 2015 | em milhares de R\$)

	Nota	(Não auditado)	2016	2015
Ingressos da Intermediação Financeira	19	49.970	99.158	87.196
Operações de Crédito		48.846	96.782	84.743
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		1.124	2.376	2.453
Dispêndios da Intermediação Financeira	20	(38.731)	(82.402)	(50.523)
Operações de Captação no Mercado		(18.257)	(33.156)	(22.622)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	12.3	(4.736)	(9.107)	(7.594)
Provisão para Operações de Créditos		(15.738)	(40.139)	(20.307)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		11.239	16.756	36.673
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		2.431	1.814	(9.478)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		3.681	6.971	4.056
Rendas (Ingressos) de Tarifas		2.991	5.658	4.967
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(8.001)	(14.660)	(12.869)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(8.348)	(15.691)	(12.004)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(334)	(690)	(360)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		10.458	15.832	6.508
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	19.1	3.098	6.483	3.176
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	20.1	(1.114)	(2.089)	(2.952)
Resultado Operacional		13.670	18.570	27.195
Resultado Não Operacional	21	29	19	(145)
Resultado Antes da Tributação e Participações		13.699	18.589	27.050
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Participações nos Resultados de Empregados		(494)	(742)	(1.144)
Sobras do exercício		13.205	17.847	25.906
Informação adicional sobre a destinação do resultado:				
Destinações legais e Estatutárias		-	(5.343)	(11.596)
F.A.T.E.S.			(1.081)	(2.079)
Reserva Legal			(4.262)	(9.517)
Resultado antes do Juros ao Capital		13.205	12.504	14.310
Juros ao Capital	18		(9.404)	(7.389)
Sobras / Perdas Líquidas		13.205	3.100	6.921

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(em 31/12/2016 e de 2015 | em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2016	31/12 2016	31/12 2015
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exerc. Antes da Tributação e Particip.	13.699	18.589	27.050
Participações nos Resultados de Empregados	(494)	(742)	(1.144)
Depreciações e Amortizações	562	1.093	983
Provisão de Juros ao Capital	(9.404)	(9.404)	(7.389)
Provisão para perda com operações de crédito	15.738	40.139	20.307
Result. das baixas por obsoles. do Ativo Imobilizado	2	2	20
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	-	-	(15)
Result. de particip. de coligadas e contr.s e distrib. de sobras	-	(1.493)	(1.165)
	20.103	48.184	38.647
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	2.783	3.884	490
Relações Interfinanceiras	272	-	-
Operações de Crédito	(12.018)	(26.025)	(103.307)
Outros Créditos	(820)	(2.311)	(804)
Outros Valores e Bens	(32)	(2.850)	(314)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	5.060	9.426	4.881
Depósitos sob Aviso	87	(97)	(52)
Depósitos a Prazo	51.779	92.755	67.178
Outras Obrigações	(300)	(267)	(5.057)
Relações Interfinanceiras	(4.020)	(13.520)	160.527
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(598)	(171)	(147.632)
Relações Interdependências	13.077	7.282	5.812
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	75.373	116.290	20.369
Atividades de Investimentos			
Dividendos Recebidos	-	563	1.165
Distribuição de sobras da Central	-	930	-
Recebimento de Venda Imobilizações de Uso	-	-	44
Aplicação no Intangível	(2)	(2)	-
Aplicação no Diferido	-	-	(46)
Inversões em Imobilizado de Uso	(1.478)	(1.759)	(713)
Inversões em Investimentos	(753)	(2.261)	(3.235)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.233)	(2.529)	(2.785)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.347	2.484	2.647
Devolução de Capital à Cooperados	(2.076)	(3.221)	(3.324)
Estorno de Capital	(5)	(6)	(4)
Dest. de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(57)	(57)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(694)	(694)	(1.214)
FATES Sobras Exercício	(387)	(387)	(865)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	179	179	130
Subscrição do Juros ao Capital	9.225	9.225	7.259
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.775)	(1.775)	(1.398)
IRRF sobre Juros ao Capital	(265)	(265)	(175)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financ.	5.549	5.483	2.999
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	78.689	119.244	20.583
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	111.456	70.901	50.318
No Fim do Período	190.145	190.145	70.901
Varição Líquida das Disponibilidades	78.689	119.244	20.583

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em 31/12/2016 e de 2015 | em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acum.	Totais
	Capital Subscr.	Capital a Realizar			
Saldos em 31/12/14	52.048	(117)	25.049	5.047	82.027
Dest. de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas				-	-
Ao Capital	4.990			(4.990)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(57)	(57)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.747	(100)			2.647
Por Devolução (-)	(3.324)				(3.324)
Estorno de Capital	(4)				(4)
Reversões de Reservas					
Sobras ou Perdas Líquidas				25.906	25.906
Provisão de Juros ao Capital				(7.389)	(7.389)
Subscrição do Juros ao Capital	7.259				7.259
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.398)				(1.398)
IRRF sobre Juros ao Capital	(175)				(175)
Fates Atos Não Cooperativos					
Dest. das Sobras do Exercício:				(1.214)	(1.214)
. Fundo de Reserva			9.517	(9.517)	-
. F A T E S				(865)	(865)
Saldos em 31/12/15	62.143	(217)	34.566	6.921	103.413
Saldos em 31/12/15	62.143	(217)	34.566	6.921	103.413
Dest. de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	6.864			(6.864)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(57)	(57)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.590	(106)			2.484
Por Devolução (-)	(3.221)				(3.221)
Estorno de Capital	(6)				(6)
Sobras ou Perdas Líquidas				17.847	17.847
Provisão de Juros ao Capital				(9.404)	(9.404)
Subscrição do Juros ao Capital	9.225				9.225
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.775)				(1.775)
IRRF sobre Juros ao Capital	(265)				(265)
Fates Atos Não Cooperativos					
Dest. das Sobras do Exercício:				(694)	(694)
. Fundo de Reserva			4.262	(4.262)	-
. F A T E S				(387)	(387)
Saldos em 31/12/16	75.555	(323)	38.828	3.100	117.160
Saldos em 30/06/16	69.062	(281)	34.566	4.642	107.989
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.389	(42)			1.347
Por Devolução (-)	(2.076)				(2.076)
Estorno de Capital	(5)				(5)
Reversões de Reservas					
Sobras ou Perdas Líquidas				13.205	13.205
Provisão de Juros ao Capital				(9.404)	(9.404)
Subscrição do Juros ao Capital	9.225				9.225
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.775)				(1.775)
IRRF sobre Juros ao Capital	(265)				(265)
Fates Atos Não Cooperativos					
Dest. das Sobras do Exercício:				(694)	(694)
. Fundo de Reserva			4.262	(4.262)	-
. F A T E S				(387)	(387)
Saldos em 31/12/16	75.555	(323)	38.828	3.100	117.160

Notas Explicativas (em 31/12/2016 e de 2015 | em milhares de R\$)

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO – “SICOOB CENTRO-SERRANO” ou “Cooperativa”, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 29 de setembro de 1988, filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CENTRO-SERRANO possui 13 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES, ITAGUAÇU - ES, ITARANA - ES, SANTA TERESA - ES, BAIXO GUANDU - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, SANTA LEOPOLDINA - ES, SÃO ROQUE DO CANAÃ - ES, VILA VELHA - ES

O SICOOB CENTRO-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo

como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 2006 ocorreu a transformação do SICOOB CENTRO-SERRANO para entidade de “Livre Admissão de Associados”; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 07/08/2006.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elabo-

Notas Explicativas (em 31/12/2016 e de 2015 | em milhares de R\$)

rados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva, em 21 de fevereiro de 2017.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/2011.

O capital circulante líquido apresenta um valor negativo de R\$ 29.913 devido as provisões das operações de crédito que estão no circulante, que são despesas econômicas e não financeiras. No mesmo período a cooperativa gerou de caixa o montante de R\$ 119.244, apresentado na demonstração de fluxo de caixa.

2. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas préfixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “pro-rata temporis” e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões necessárias para causas judiciais, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	2.549	3.823
Relações interfinanceiras - centralização financeira	187.596	67.078
TOTAL	190.145	70.901

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros préfixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas “pro-rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro-rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(m) Provisões e Passivos contingentes

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Passivos contingentes

Provisões são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

(p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2016.

3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa	16.101	19.985
TOTAL	16.101	19.985

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiras – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

Notas Explicativas (em 31/12/2016 e de 2015 | em milhares de R\$)

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	187.596	67.078
TOTAL	187.596	67.078

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

As receitas recebidas dessa transação resultaram em 2016 no montante de R\$ 15.832 (2015 – 6.508).

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	847	0	847	658
Empréstimos	133.997	105.984	239.981	235.869
Títulos Descontados	33.701	0	33.701	34.659
Financiamentos	14.455	16.188	30.643	40.083
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	112.483	50.169	162.652	162.472
(-) Provisões para Operações de Crédito	22.217	16.658	38.875	29.425
TOTAL	273.266	155.684	428.950	444.317

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empr./ TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	31/12/2016		31/12/2015	
					Total 2016	Prov. 2016	Total 2015	Prov. 2015
AA - Nor.	8.191	0	272	0	8.463		14.125	
A 0,5% Nor.	71.532	1.928	10.985	17.543	101.988	510	137.878	689
B 1% Nor.	86.421	5.368	10.114	123.384	225.287	2.253	234.300	2.343
B 1% Venc.	2.368	11	576	217	3.172	32	2.462	25
C 3% Nor.	42.010	2.496	4.611	18.139	67.254	2.018	39.584	1.188
C 3% Venc.	4.969	30	615	682	6.296	189	7.056	212
D 10% Nor.	7.947	1.138	106	517	9.707	971	3.891	389
D 10% Venc.	2.924	46	645	341	3.956	396	4.434	443
E 30% Nor.	3.147	151	99	418	3.815	1.144	3.866	1.160
E 30% Venc.	2.580	24	194	80	2.879	864	2.323	697
F 50% Nor.	3.775	179	76	386	4.416	2.208	587	294
F 50% Vencidas	4.875	55	412	57	5.399	2.700	1.538	769
G 70% Normal	2.322	77	0	35	2.433	1.703	428	300
G 70% Vencidas	1.377	36	88	29	1.530	1.071	1.177	824
H 100% Normal	4.382	935	85	502	5.903	5.903	4.141	4.141
H 100% Vencidas	14.329	495	1.768	322	16.914	16.914	15.953	15.953
Total Normal	229.726	12.272	26.346	160.922	429.267	16.710	438.799	10.503
Total Vencidos	33.423	697	4.298	1.730	40.147	22.165	34.943	18.922
Total Geral	263.148	12.969	30.644	162.652	469.413	38.875	473.742	29.425
Provisões	31.085	1.937	2.640	3.213	38.875		29.425	
Total Líquido	232.063	11.033	28.004	159.439	430.539		444.317	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	50.477	72.986	105.984	229.447
Títulos Descontados	31.588	2.114	0	33.701
Financiamentos	5.104	9.351	16.189	30.644
Financiamentos Rurais	27.724	84.759	50.169	162.652
TOTAL	114.892	169.210	172.342	456.444

* A diferença entre o total das operações do quadro "b" e "c" no montante de R\$ 12.989 refere-se aos valores de saldo de cheque especial, conta garantida e adiantamento a depositante, que não possuem vencimento.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empr./ Financ.	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Cart.
Setor Privado - Comércio	2.997	48.497	5.501	0	56.995	12%
Setor Privado - Indústria	928	7.979	2.313	0	11.220	2%
Setor Privado - Serviços	3.514	98.867	13.414	344	116.138	25%
Pessoa Física	5.405	88.580	10.011	153.927	257.923	55%
Outros	125	16.166	2.463	8.381	27.136	6%
TOTAL	12.969	260.090	33.701	162.652	469.412	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	29.425	18.562
Constituições	38.511	20.299
Transferência para prejuízo	(30.314)	(9.436)
TOTAL	37.622	29.425

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	9.639	2,00%	927	0,00%
10 Maiores Devedores	51.096	11,00%	3.352	1,00%
50 Maiores Devedores	115.644	25,00%	6.063	1,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	23.099	15.865
Valor das operações transferidas no período	30.314	9.436
Valor das operações recuperadas no período	(2.610)	(2.329)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	205	212
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(18)	(85)
TOTAL	50.990	23.099

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais E Fianças Honrados	1.588	0
Rendas A Receber	2.614	1.091
Serviços Prestados a Receber	417	196
Outras Rendas a Receber (a)	2.197	895
Diversos	1.500	900
Adiantamentos e Antecipações Salariais	158	161
Adiantamento para Pagamento de Nossa Conta	3	0
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	15	12
Impostos e Contribuições a Compensar (b)	804	443
Pagamentos a Ressarcir	163	64
Títulos e Créditos a Receber	220	174
Devedores Diversos – País	137	46
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.253)	0
TOTAL	4.449	1.991

(a) A maior representatividade desse grupo refere-se a Centralização financeira no montante de R\$ 2.102 mil

(b) Montante refere-se a impostos federais a serem compensados.

Outros créditos - não circulante

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	1.943	2.091
TOTAL	1.943	2.091

(a) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 310), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.632) e outros (R\$ 1).

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio	3.295	533
Material em Estoque	129	55
(Provisões para Desvalorizações)	-1	0
Despesas Antecipadas	27	11
TOTAL	3.450	600

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	% Particip.	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	11,58%	10.004	9.074
Participações inst financ controlada coop crédito	0,49%	5.645	4.313
TOTAL		15.649	13.387

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	47	44	(*)
Terrenos	81	81	-
Edificações	2.614	2.614	4%
Instalações	3.124	2.048	10%
Móveis e equipamentos de Uso	2.511	2.177	10%
Sistema de Comunicação	187	168	10%
Sistema de Processamento de Dados	1.855	1.615	20%
Sistema de Segurança	683	602	10%
Sistema de Transporte	171	171	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(4.972)	(3.934)	
TOTAL	6.302	5.587	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo

Notas Explicativas (em 31/12/2016 e de 2015 | em milhares de R\$)

uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Intangível

Até a data-base 30/11/2016, registrava-se nesta rubrica os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.791/2016, a partir de 01/12/2016, foi realizada a reclassificação dos saldos conforme natureza da operação e orientações contidas na Resolução 4.535 de 24/11/2016.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	624	499
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(492)	(317)
TOTAL	132	182

11. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou préfixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações préfixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	64.420	54.994
Depósito Sob Aviso	6.048	6.146
Depósito a Prazo	303.109	210.353
TOTAL	373.577	271.493

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	13.114	3,00%	5.800	2,00%
10 Maiores Depositantes	32.310	8,00%	11.486	4,00%
50 Maiores Depositantes	69.388	18,00%	17.938	7,00%

12. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

12.1 Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	80.464	50.607	144.670
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	9.887	6.049	15.857
Total			90.351	56.656	160.527

12.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante Até 1 ano	Não Circulante Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	4.000	-	4.147
HSBC	Diversas	Diversos	24	24	72
Total			4.024	24	4.219

12.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
BANCOOB	7.357	6.522
Sicoob Central ES	1.749	1.071
HSBC	1	1
Total	9.107	7.594

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	13.116	5.801
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	20	53
Total	13.136	5.854

(a) Trata-se de cheques emitidos contra ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil

14. Outras Obrigações

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão Para Participações Nos Lucros (a)	719	1.043
Resultado De Atos Com Associados (b)	2.302	2.018
Resultado De Atos Com Não Associados (b)	694	1.214
Gratificações E Participações A Pagar (c)	77	90
Cotas De Capital A Pagar (d)	2.367	2.197
TOTAL	6.159	6.563

(a) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 719 (setecentos e dezoito mil), a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 31/01/17.

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(c) Refere-se a provisão para pagamento de bônus para Diretoria Executiva.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	1.070	862
TOTAL	1.070	862

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Pessoal	1.119	991
Outras Despesas Administrativas (a)	838	875
Credores Diversos – País (b)	582	536
Cheques Descontados (c)	232	672
Obrigações por prestação de serviços de pagamento (d)	655	515
Outras	-	85
Provisão para Garantias Prestadas	755	458
Provisão para Passivos Contingentes (e)	1.980	1.976
TOTAL	6.162	6.108

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com aluguéis R\$ 45 mil, comunicações R\$ 85 mil, manutenção e conservação de bens R\$ 3 mil, transporte R\$ 6 mil, plano de saúde R\$ 6 mil, compensação R\$ 175 mil, seguros a recolher R\$ 3 mil, seguro prestamista R\$ 358 mil, provisão de despesas com cartões R\$ 109 mil, outras R\$ 48 mil;

(b) A maior representatividade refere-se a cobranças em liquidação 133 mil, pagamentos a processar R\$ 265 mil, cooperativa Central R\$ 67 mil, pendências a regularizar R\$ 71 mil e outras R\$ 46 mil.

(c) Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2016;

(d) Refere-se a conta salário de empresas associadas ao Sicoob.

(e) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	2016		2015	
	Provisão p/ contingências	Depósitos judiciais	Provisão p/ contingências	Depósitos judiciais
PIS (a)	310	310	295	295
COFINS (a)	1.632	1.632	1.551	1.551
Outras (b)	38	1	130	245
Total	1.980	1.943	1.976	2.091

(a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

(b) Refere-se a processo de dano material.

14.4. Contingências Passivas

Os processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 186 mil.

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB CENTRO-SERRANO opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos.

Notas Explicativas (em 31/12/2016 e de 2015 | em milhares de R\$)

16. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	75.231	61.926
Associados	31.450	25.148

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15/03/2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2015**, no valor de R\$6.921.

(d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	8.443	18.517
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(694)	(1.214)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	7.749	17.303
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(4.262)	(9.517)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(387)	(865)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.100	6.921

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Receita de prestação de serviços	4.820	2.242
Despesas específicas de atos não cooperativos	(708)	(367)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.069)	(516)
Resultado não Operacional	71	(145)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.114	1.214
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	3.114	1.214

18. Provisão de Juros ao Capital (quando aplicável)

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Juros ao Capital	9.404	7.389
IRRF sobre juros ao capital	(267)	(176)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(177)	(130)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.775)	(1.398)
Valor incorporado a conta capital	7.185	5.685

19. Ingressos de intermediação financeira

Descrição	2016	2015
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	652	570
Rendas De Empréstimos	64.575	52.934
Rendas de Títulos Descontados	11.174	10.685
Rendas De Financiamentos	7.744	10.291
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	1.343	990
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas E Refinanc	8.889	7.042
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.405	2.231
Rendas C/ Tit.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	2.376	2.453
TOTAL	99.158	87.196

19.1 Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de despesas diversas	164	123
Rendas de repasses Delcredere	1.013	446
Rendas de Juros Cartão de Credito	2.153	769
Rendas de Multa Cartão de Credito	621	321
Dividendos	563	1.165
Rendas Intercâmbio – Cartão de Crédito	535	259
Rendas Intercâmbio – Cartão de Débito	96	78

Credito Receita Sipag - Faturamento	56	-
Credito Receita Sipag - Antecipação	129	-
Reversão Passivos Contingentes	144	-
Distribuição de sobras da Central	930	-
Reversão Provisão para Garantias Prestadas	79	-
Outras	-	15
Total	6.483	3.176

20. Dispendios da intermediação Financeira

Descrição	2016	2015
Despesas De Captação	-33.156	-22.622
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-9.107	-7.594
Provisão para Operações de Crédito	-40.139	-20.307
TOTAL	-82.402	-50.523

20.1 Outros dispendios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Descontos concedidos - operações de crédito	22	25
Contribuição ao fundo Fraudes Externas	10	30
Contribuição ao fundo Perdas Operacionais	6	17
Contribuição ao Fundo tecnologia da Informação	571	-
Cancelamento de tarifas pendentes	425	287
Bonificação de Seguro Prestamista	1	7
Correspondente Bancário	191	150
Passivos Contingentes	52	15
Fundo de Desenvolvimento	-	587
Desconto Concedidos – Oper Créd – Crédito Pessoal -	718	1.349
Provisão para garantias prestadas	-	458
Perdas – Fraudes Externas	15	-
Perdas – Práticas Inadequadas	43	-
Diversos	35	27
Total	2.089	2.952

21. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	0	15
Outras Receitas Não Operacionais	95	88
Prejuízos Em Transações Com Valores E Bens	-52	-130
Outras Despesas Não Operacionais	-25	-119
Resultado Líquido	19	-146

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
16.387	1,03
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
3.150	1,00

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2016:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CART. TOTAL
Conta Corrente	268	(1)	2,07
Crédito Rural	2.445	(16)	1,50
Empréstimo	7.023	(41)	2,72
Títulos Descontados	869	(1)	2,58

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2016			
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.069	1,66	-
Depósitos a Prazo	3.692	1,20	90% a 105% CDI

Notas Explicativas (em 31/12/2016 e de 2015 | em milhares de R\$)

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta Garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Recebíveis	1,70% a 4% a.m	1,70% a 4% a.m
Empréstimos	1,40% a 4,85% a.m.	1,40% a 4,85% a.m.
Crédito Rural - RPL	1,25% a 2,80% a.m.	1,25% a 2,80% a.m.
Crédito Rural - Repasses	2,50% a 16,20% a.a.	2,50% a 16,20% a.a.
Aplicação Financeira	90% a 105% CDI	90% a 105% CDI

No exercício de 2016, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$ mil)

Honorários e Cédula de Presença	1.218
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	36

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de crédito, o qual, a Cooperativa tem participação (Nota 8, 13 e 24) e está presente e no conselho de administração e com o Bancoob (Nota 8 e 13).

Transações com Sicoob Central ES e Bancoob

	2016	2015
Ativo	194.356	67.895
Títulos e Valores mobiliários	6.760	817
Relações Interfinanceiras	187.596	67.078
Passivo	151.007	164.674
Relações Interfinanceiras	147.007	160.527
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.000	4.147
Receitas	18.208	8.961
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	2.376	2.453
Ingressos de Depósitos Interfinanceiros	15.832	6.508
Despesas	10.045	7.605
Operações de Empréstimos e Repasses	9.106	7.593
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	939	12

23. Cooperativa Central

O **SICOOB CENTRO-SERRANO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL ES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL ES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CENTRO-SERRANO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL ES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

24. Gerenciamento de Risco

24.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo de Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CENTRO-SERRANO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CENTRO-SERRANO** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB CENTRO-SERRANO** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CENTRO-SERRANO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CENTRO-SERRANO** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CENTRO-SERRANO** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CENTRO-SERRANO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB CENTRO-SERRANO** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de Dezembro de 2016**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$43.024 (quarenta e três milhões, e vinte e quatro mil), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2016	2015
Patrimônio de Referência	117.152	103.408
Margem de Compatibilização	55.335	45.420
Índice da Basileia	24,64%	23,18%
Margem de Imobilização	52.149	45.940

SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES, 20 de fevereiro de 2017

Rodrigo Calheiros de Oliveira
Diretor Executivo
CPF: 007.928.797-24

Jaqueline Timm Domingos
Diretora Operacional
CPF: 947.282.087-53

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES
CPF: 007.835.517-62

Relatório de Auditoria

Aos Administradores e Cooperados Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Serrana do Espírito Santo - Sicoob Centro Serrano

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Serrana do Espírito Santo - Sicoob Centro Serrano ("Cooperativa" ou "Sicoob Centro Serrano"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Serrana do Espírito Santo - Sicoob Centro Serrano em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Informações suplementares relativas ao segundo semestre de 2016

Conforme resolução 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional - CMN, as demonstrações financeiras das cooperativas de crédito singulares relativas ao primeiro semestre do exercício social estão dispensadas da necessidade de auditoria independente. Consequentemente, as informações financeiras suplementares da Cooperativa relativas ao segundo semestre de 2016, apresentadas em conjunto com os saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram objeto específico de auditoria e estão sendo apresentadas como informação suplementar.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Cooperativa em 31 de dezembro 2016 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 29 de fevereiro 2016, expressa uma opinião sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 21 de fevereiro de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" ES

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" ES

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro-Serrana do Espírito Santo - Sicoob Centro-Serrano**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos - PricewaterhouseCoopers, datado de 21 de fevereiro de 2017, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária.

Santa Maria de Jetibá/ES, 21 de fevereiro de 2017.

Sigmar Miertschink
Coordenador do Conselho Fiscal

Rudson Franz Rudio
Secretário do Conselho Fiscal

Ederson Jacob
Conselheiro Fiscal - Efetivo